

PERGUNTAS AOS COORDENADORES TENDO EM VISTA A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL

Na sua opinião, qual foi o principal resultado alcançado pela Comissão PETI nos últimos 5 anos?

Na presente legislatura, a Comissão das Petições tentou melhorar a qualidade das respostas dadas aos cidadãos sobre questões do seu interesse, relativas a uma grande variedade de assuntos. Esta comissão concedeu a merecida dignidade, tantas vezes negada pelas autoridades nacionais, a indivíduos e associações que exerceram uma cidadania europeia responsável ao denunciarem eventuais violações do direito da UE nos seus Estados-Membros de residência. Conforme é demonstrado pelo crescente número de petições recebidas anualmente pelo PE, os cidadãos recorrem cada vez mais à Comissão das Petições do Parlamento Europeu quando consideram que as autoridades nacionais não respeitam os seus direitos fundamentais, não defendem o interesse público ou não aplicam corretamente o direito da UE. Apesar de dispormos de poderes limitados ao nível da aprovação de medidas concretas, foram muitas as vezes que incitámos a Comissão Europeia e os governos nacionais a tomarem medidas concretas no sentido de adequarem a respetiva legislação e de garantirem a sua correta aplicação, em alguns casos, ou, em muitos outros casos, de alterarem os planos iniciais como, por exemplo, no âmbito do desenvolvimento de projetos com impacto ambiental que, na sua conceção, não estavam em conformidade com as diretivas da UE relativas à proteção da biodiversidade. Para além disso, os muitos debates públicos que se realizaram ao longo destes cinco anos na nossa comissão conferiram certamente visibilidade, do ponto de vista europeu, a situações locais em toda a União, o que incentivou a participação dos cidadãos nestas causas nas respetivas circunscrições e, simultaneamente, contribuiu para promover a cidadania europeia. Penso que, atualmente, os cidadãos consideram que a Comissão das Petições do Parlamento Europeu é um instrumento útil de controlo democrático, nomeadamente para velar pela correta aplicação da legislação da UE pelos governos nacionais.

Se tivesse que destacar um caso paradigmático da missão e eficácia da Comissão PETI, qual escolheria?

Na minha opinião, a área na qual a comissão mais contribuiu para aumentar a sensibilização e, de certo modo, mudar a abordagem das autoridades nacionais e da Comissão, foi a do ambiente e da saúde humana. Conseguimos evidenciar a importância da aplicação de uma abordagem de precaução, por exemplo através de mecanismos de providência cautelar, e do princípio do poluidor-pagador no domínio da responsabilidade ambiental, conforme sobressaiu das nossas conclusões sobre a missão de recolha de informações sobre a poluição química em Huelva e da nossa resolução, aprovada em sessão plenária, relativa ao complexo siderúrgico ILVA em Taranto. Neste sentido, revela-se pertinente o trabalho incansável realizado no âmbito da correta aplicação da Diretiva «Avaliação do Impacto Ambiental», trabalho esse que se traduziu concretamente em várias propostas de reforço incluídas na última revisão da Diretiva aprovada pelo Parlamento Europeu. Para o efeito, é justo reconhecer a determinação e a eficaz cooperação do comissário para o Ambiente, Janez Potočnik, e do Provedor de Justiça europeu cessante, Nikiforos Diamandouros,

que submeteu à nossa comissão um relatório especial sobre a má aplicação da Diretiva «Avaliação do Impacto Ambiental» no processo de extensão do aeroporto de Viena. No entanto, se tivesse de escolher um único caso emblemático, destacaria o trabalho desenvolvido na área da gestão de resíduos. Efetuado na sequência de muitas petições oriundas de diversos Estados-Membros, esse trabalho serviu para promover a aplicação de planos de gestão de resíduos que favorecem os níveis superiores da hierarquia da gestão dos resíduos, tal como previsto na Diretiva-Quadro «Resíduos», indo além da abordagem simplista baseada na deposição em aterros e na incineração, embora haja ainda muito a fazer na área em causa. O ponto de partida deste trabalho, que tem estado a decorrer durante quase toda a legislatura, foi a situação de emergência relativa aos resíduos em Nápoles, que revelou a má gestão dos resíduos em toda a região da Campânia. Esta questão deu origem a duas missões de inquérito realizadas pela nossa comissão, em 2010 e 2012, a uma resolução sobre esta matéria aprovada em sessão plenária no início de 2011 e a um relatório de iniciativa sobre a aplicação da Diretiva relativa aos resíduos, aprovada no início de 2012. As recomendações emitidas pela Comissão das Petições contribuíram para uma melhoria da situação, o que também se deveu a uma mudança de abordagem pelas autoridades locais, embora persistam ainda muitos desafios nesta e noutras regiões, como a de Lácio. É, de um modo geral, um processo lento, na medida em que implica uma transformação cultural profunda, mas é evidente que, através do seu trabalho, a Comissão das Petições está a desempenhar um papel fundamental na definição das medidas a tomar no futuro.

Como gostaria que o papel da Comissão PETI fosse desenvolvido na próxima legislatura e qual pensa que será o impacto do novo portal Internet nas atividades da comissão?

O grande desafio nestes últimos meses antes do final desta legislatura e, naturalmente, na próxima consiste em garantir que o trabalho da nossa comissão se mantenha independente dos interesses próprios dos partidos dos governos nacionais e regionais. Temos de salvaguardar o trabalho da nossa comissão do controlo político e dos interesses partidários. Temos também de ultrapassar a interpretação limitada que a Comissão Europeia atualmente apresenta dos Tratados e da Carta dos Direitos Fundamentais, bem como do papel que a mesma deve desempenhar para garantir a aplicação da legislação da UE. Precisamos que a Comissão acredite mais no seu papel primordial de guardião dos Tratados quando avalia a aplicação do acervo comunitário, não se limitando a analisar as matérias pertinentes do ponto de vista formal, mas tendo também em conta a substância e o espírito da legislação da UE. Tenho a convicção de que, para atingir este objetivo, podemos contar com o empenho da Provedora de Justiça recentemente eleita, Emily O'Reilly. Devo expressar a minha grande satisfação por este Parlamento a ter elegido e não a um de dois atuais deputados europeus, ficando assim assegurada a independência política do cargo e, conseqüentemente, uma maior cooperação com vista a garantir uma boa administração pelas instituições europeias no sentido mais lato. Em termos de conteúdo, parece evidente que a crise originou e revelou situações sociais críticas em muitos Estados-Membros e é importante que a Comissão das Petições do Parlamento Europeu, enquanto comissão que se ocupa das preocupações dos cidadãos, seja suficientemente sensível aos casos que recebemos, pelo que fazemos tudo o que nos é

possível para ajudar a encontrar soluções eficazes. Para além disso, gostaria que, na próxima legislatura, a Comissão PETI continuasse a ser um espaço de desenvolvimento da cidadania europeia, não só para restaurar a dignidade dando voz a cidadãos empenhados que muitas vezes não dispõem de outros meios efetivos de recurso para as questões que legitimamente suscitam, mas também para aprofundar o conceito de cidadania europeia. Na minha opinião, podemos contribuir para criar um «demos» europeu, oferecendo um espaço para amplos debates europeus a partir de situações locais específicas, as quais apresentam frequentemente semelhanças com outras em toda a União. Por conseguinte, afigura-se pertinente a criação de condições propícias à devida divulgação destas realidades. Creio que o novo portal Internet constituirá uma ferramenta interativa muito útil para partilhar experiências profícuas, conhecimentos técnicos e métodos eficazes na resolução de problemas reais.